



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Salomon, Marlon

Entre história das ciências e das religiões: o problema da temporalidade histórica em
Lucien Febvre e Alexandre Koyré no entreguerras

História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 8, núm. 19, 2015, pp. 107-123

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769580007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Entre história das ciências e das religiões: o problema da temporalidade histórica em Lucien Febvre e Alexandre Koyré no entreguerras*

Between the history of sciences and of religions: the problem of historical temporality in L. Febvre and A. Koyré in the interwar period

Marlon Salomon

marlonsalomon@ufg.br

Professor Associado

Universidade Federal de Goiás

Av. Esperança, s/n - Samambaia

74690-900 - Goiânia - GO

Brasil

Resumo

Os textos publicados por Lucien Febvre no entreguerras em defesa de uma história da ciência não mostram apenas o interesse dos *Annales* em prospectar e fundar novos campos de estudo, mas como, por meio desses textos, buscou-se estabelecer uma nova definição do que deveria ser a própria história. Paralelamente a esse esforço, Alexandre Koyré redigia seus primeiros estudos que seriam mais tarde considerados como marcos fundadores da moderna história do pensamento científico. Embora oriundos de fileiras intelectuais distintas, ambos formulavam o mesmo tipo de problema, voltavam-se contra os mesmos conceitos e opunham-se à mesma tradição historiográfica. No núcleo dessa problematização encontrava-se uma crítica ao modo como a temporalidade dessa história havia sido definida e a constatação de que ela precisava ser reformada para que a história não fosse falsificada. Que Febvre e Koyré chegassem à história das ciências via história das religiões ou do misticismo nos mostra que era preciso articular de uma nova maneira a relação entre credulidade e racionalidade e definir o tipo de temporalidade histórica que poderia albergar esse novo modo de articulá-las.

Palavras-chave

Historiografia francesa; Tempo histórico; Racionalidade.

Abstract

Lucien Febvre's interwar texts in defense of a history of science reveal the *Annales* School's interest in prospecting and founding new fields of study and how an effort was in course to establish a new definition of what history itself should be. Parallel to those efforts, Alexandre Koyré was writing his first works, later to be considered foundation stones of the modern history of scientific thought. Albeit stemming from distinct intellectual ranks, both were formulating the same kind of problem and taking a stance in opposition to the same concepts and historiographic tradition. At the heart of their delineation of the problem was a critique of how history had defined temporality and their finding that it needed to be reformed so that history itself should not be falsified. Febvre and Koyré's arrival at a history of science via a history of religions or of mysticism shows us how necessary it was to articulate the relationship between credulity and rationality in a new way and to define the kind of historical temporality that could accommodate this new mode of articulating them.

Keywords

French historiography; Historical time; Rationality.

Recebido em: 4/6/2015

Aprovado em: 8/3/2016

107

* Os resultados deste artigo fazem parte de uma pesquisa de pós-doutoramento realizada na EHESS, em Paris, que contou com apoio da CAPES, por meio de uma bolsa de Estágio Sénior. Este trabalho faz parte de um estudo mais amplo sobre a concepção de história de Alexandre Koyré, que conta com apoio do CNPq, por meio de uma bolsa de produtividade.

Segundo inúmeros comentadores, a formação da Escola dos *Annales*, a partir de 1929, marcou uma “revolução copernicana” na historiografia francesa (BURKE 1991). A partir de um diálogo e valendo-se das ferramentas das ciências sociais, tratava-se de reformar a racionalidade historiadora e refundar os marcos do pensamento histórico. Nessa mesma época e paralelamente a essa “revolução”, conforme raros historiógrafos o apontaram, assistia-se ao nascimento de um novo domínio historiográfico, aquele das ciências e do pensamento científico. A partir de um diálogo, desta vez com a filosofia, tratava-se de compreender as ciências como atividade intelectual e historicizar os fundamentos do conhecimento científico.

É interessante observar não apenas a contemporaneidade desses acontecimentos epistêmicos, mas também considerar dois esforços de fundação de novos campos do saber a partir de duas compreensões distintas de tempo ou da temporalidade histórica. De um lado, o tempo imóvel e transcendente,¹ articulado por fenômenos de mentalidade ou fatos materiais de civilização. De outro, o tempo como devir, movimento, constituído e delimitado pela historicização dos problemas imanentes a uma atividade do saber. De um lado, uma história social que compreende o tempo como unidade, centrando-o em princípios globalizadores. De outro, uma história do pensamento que compreende a temporalidade como multiplicidade descentrada em relação a qualquer princípio encaixotador do tempo. De um lado, a valorização da sincronia. De outro, a valorização da anacronia.²

108

No entanto, seria preciso, antes de sublinhar essa diferença, insistir na proximidade das questões que então formulavam, avaliar o que esteve em jogo na constituição dessas duas concepções e delimitar os próprios contornos do problema. Sua contemporaneidade, sobre a qual pouco se insistiu, não nos parece mera coincidência. Que ele emerja em textos dedicados à história das ciências, das ideias e dos problemas religiosos tampouco me parece fortuito. Finalmente, o fato de Koyré e Febvre, por volta do final dos anos 20, não se frequentarem intelectualmente, bem como a constatação da existência de um profundo desconhecimento da parte dos historiadores dos trabalhos recentes de historiadores das ciências e de epistemólogos – que viriam a transformar radicalmente esses domínios – mostra-nos apenas que um solo epistêmico comum estava em vias de reconfiguração e que não se pode explicar a transformação de uma ordem do discurso histórico por critérios escolares ou institucionais. Os textos escritos naquele período por L. Febvre sobre a história das ciências nos permitem colocar nosso problema.

¹ Não se trata de transcendental no sentido que a tradição metafísica ocidental reservou a este termo, de algo que se encontra além da experiência, mas no sentido de um tempo que atravessa e engloba diferentes esferas e atividades humanas em uma totalidade. Pode-se pensar em uma temporalidade imanente a uma atividade humana (certa ciência, por ex.), mas também em um tempo que a transcende, i.e., que a articula com outras atividades em uma temporalidade global.

² Não há espaço aqui para desdobrar cada um desses pontos; sublinhe-se, todavia, que ao passo que os *Annales* desaccentualizavam o tempo histórico, Koyré elegia as “revoluções” como conceito-chave para compreender a história das ciências.

Pela história das ciências

Desde ao menos 1924, Febvre militava por uma história das ciências e das técnicas. Seu engajamento nesse terreno era, portanto, anterior à criação propriamente dita da Revista dos *Annales*. O esforço de constituição de uma história social e econômica não excluía, desse modo, a prospecção de domínios até então negligenciados pelos historiadores, em uma abertura de espírito certamente herdada de figuras tais como Henri Berr e sua *Revue de synthèse historique*. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que, em 1922, Febvre havia publicado uma importante introdução à geografia histórica, fortemente inspirada no trabalho de Vidal de la Blache, na qual as questões de história das ciências naturais, da biogeografia e do conhecimento geográfico eram bastante privilegiadas (FEBVRE 1970). As duas resenhas escritas por ele nos anos 20, a primeira delas sobre a geologia do Jura e a segunda sobre a história das ciências naturais (FEBVRE 2009; 2009),³ podem ser colocadas em continuidade com esse estudo e nos mostram que seu interesse pela história das ciências não era casual.

Não se trata de glosar cada um desses textos, mas de destacar um conjunto de preocupações que os atravessam. A questão principal sobre a qual incidem essas recensões diz respeito à inexistência na França de uma disciplina que poder-se-ia chamar de história das ciências. Desde cedo, ele chamava a atenção para essa lacuna: “Não possuímos boas histórias das diversas ciências”. E esse era um problema indissociavelmente ligado ao *métier* do historiador: “Um corpo de historiadores das ciências não existe” (FEBVRE 2009, p. 861), escrevia Febvre em 1934. Por isso, desde 1924, ele se interessava por trabalhos tais como aquele de Emmanuel de Margerie, que simplesmente repertoriavam a bibliografia de domínios específicos (a geologia de uma região, nesse caso) e que poderiam ser tomados como referência e como exemplo metodológico a ser aplicado em saberes como a medicina, a linguística, a arqueologia, etc. A constatação dessa lacuna se estendia, da mesma forma, à história das técnicas, sem a qual, no entanto, nenhuma história das ciências seria possível. “História das técnicas: uma dessas numerosas disciplinas que estão para ser inteiramente criadas – ou quase” (FEBVRE 2009, p. 846).

“Ou quase”, pois isso não queria dizer que não houvesse livros que tratassesem do passado da ciência e mesmo daquele da técnica. Desde então, uma constatação se impunha: embora raros e pouco comuns, os livros dedicados ao estudo do passado dessas atividades eram escritos fundamentalmente por filósofos ou por cientistas (FEBVRE 2009, p. 861-862). Febvre não estava com isso defendendo a prerrogativa dos historiadores nesse estudo. Ele não estava tampouco rechaçando os trabalhos que técnicos, engenheiros, arquitetos e cientistas, curiosos pelo passado de suas atividades, poderiam realizar (FEBVRE 2009, p. 849). Ele pretendia, antes de tudo, caracterizar o que apontava como seu principal problema: sua especialização excessiva e a subtração das diferentes atividades humanas em compartimentos exclusivos (FEBVRE 2009, p. 856-

³ Esses dois textos foram republicados em *Combats pour l'histoire*. Quando não indicado em contrário, citaremos esses textos a partir da recente edição crítica que reuniu em um só volume os *Combats pour l'histoire* e *Pour l'histoire à part entière* (FEBVRE 2009).

857); e, ao mesmo tempo, visto que não se tratava de transformar o historiador em encyclopedista, exortar uma forma de trabalho para a qual todos deveriam colaborar. Febvre provavelmente inspirava-se em um ideal de homem da ciência, que tomaria parte nesse agenciamento coletivo, concebido por Henri Berr, um historiador “das civilizações com espírito sintético” (FEBVRE 2009, p. 849).

Em primeiro lugar, o estudo das ferramentas e dos instrumentos não poderia ser dissociado daquele das ideias científicas. Era preciso inserir “a ciência na invenção técnica” e “a invenção técnica na série de fatos científicos” (FEBVRE 2009, p. 847-848). Daí sua crítica ao livro *La science française depuis le XVII siècle*, publicado em 1933 por Maurice Caullery, no qual o biólogo francês, ao longo de suas páginas, não dedicou sequer uma linha aos equipamentos e aos procedimentos (de observação, de experimentação) dessa ciência ao longo de sua história.⁴ Por isso, ele o denominou de um “histórico das ciências”, absolutamente diferente do que deveria ser uma história. Mas seu argumento central, que atravessava todos esses textos, dizia respeito à especialização e à compartimentação que caracterizavam o trabalho de filósofos e cientistas. No que dizia respeito às técnicas, tratava-se de estudá-las em relação às outras atividades humanas de um mesmo período, “estudar em conjunto as técnicas de uma época: ao mesmo tempo em sua interdependência mútua, suas relações com a ciência contemporânea e suas relações com todo o conjunto das atividades, das instituições e das ideias da época” em questão (FEBVRE 2009, p. 849).

Todavia, o argumento fundamental e importante a ser destacado concernia à história das ciências. Tratava-se de transformá-la em “parte integrante e fundamental dessa história geral das sociedades humanas que será, um dia, a história propriamente dita” (FEBVRE 2009, p. 273-274). Isso quer dizer que, embora se tratasse de estudar textos do passado, o modo como a análise desses objetos era articulada com o tempo de sua produção, escapava de uma perspectiva histórica. A temporalidade se tornava aí a questão fundamental, pois, para Febvre, certas perspectivas sobre o passado da ciência não podiam ter sua historialidade (i.e., serem reconhecidas historiograficamente) admitida. Os marcos que delimitavam a historialidade de certa perspectiva sobre o passado se reconfiguravam. E era precisamente por meio das discussões sobre a história das ciências que esse problema então se formulava. Desde 1926, em uma longa resenha dos três volumes do livro do filósofo Henri Daudin, *Études d'histoire des sciences naturelles*, o tempo se tornava a chave da crítica a esses trabalhos. Para Febvre, eles se assentavam em uma perspectiva histórica que foi, senão “falsificada” [faussée], ao menos “deformada”, na medida em que se dedicavam em demasia ao estudo exclusivo de certos homens ou de certas obras, “isolados do tempo, considerados de um ponto de vista muito abstrato” (FEBVRE 2009, p. 286).

⁴ Registre-se que, nessa mesma época, G. Bachelard também resenharia esse mesmo livro escrito “por um biólogo que refletiu longamente sobre a história das doutrinas da vida” (BACHELARD 1934-1935, p. 521). Ele o considerava um livro destinado ao público não especializado e que poderia ser útil aos historiadores e filósofos. Essa resenha seria publicada na revista de... A. Koyré. Bachelard não identificava no livro de Caullery o mesmo tipo de problema que Febvre. Sua solução para o problema que Febvre localizava nele era distinta. Nessa mesma época, em outro lugar, ele escrevia que “os instrumentos não são senão teorias materializadas” (BACHELARD 1968, p. 19). Febvre e Bachelard, todavia, partiam em suas recensões de uma mesma reflexão, aquela sobre a possibilidade de se escrever uma história nacional da ciência.

À primeira vista, poderíamos pensar que o autor dos *Combates pela história* não estava senão pregando, no espírito que será aquele dos *Annales*, por uma “história social das ciências da natureza”.⁵ Acredito, no entanto, que o mais importante em todas essas caracterizações – seus textos dessa época sobre a história das ideias e da filosofia reforçam esse aspecto – diz respeito à definição do que delimita com precisão aquilo que é próprio à ciência do historiador e que o distingue, nesse sentido, do filósofo ou do cientista curioso pelo passado de suas disciplinas: sua capacidade de situar as atividades humanas, os objetos e os indivíduos *no tempo* e reconhecer o modo temporal de sua existência. Isso não quer dizer que Caullery ou Daudin fundassem sua análise em uma perspectiva que não fosse histórica. Era a própria concepção de temporalidade pressuposta nesses estudos que se tornava, para Febvre, um problema. Tratava-se, portanto, de um desentendimento epistêmico sobre o (tempo) histórico que a palavra história recobre. As críticas que se pode ler nessas resenhas ao trabalho de filósofos e de cientistas decorrem exatamente do desconhecimento do que constitui a temporalidade histórica. Nesse sentido, a crítica ao trabalho de Daudin é interessante, visto que Febvre avança nela duas noções diretamente ligadas a esse problema, aquelas de “precursor” e de “anacronismo”.

Recompor por meio do pensamento, para cada uma das épocas que ele estuda, o material mental dos homens dessa época; reconstituir, por meio de grande esforço, ao mesmo tempo de erudição e de imaginação, o universo, todo o universo: físico, intelectual e moral de cada uma das gerações que o precederam; experimentar a sensação bastante forte e bastante segura de que a insuficiência das noções de fato e a pobreza correlativa das teorias deviam produzir lacunas e deformações em toda natureza de representações que se forjava do mundo, da vida, da religião, e também da política, uma certa coletividade histórica; precaver-se assim contra estes temíveis anacronismos – os menos reconhecidos como tais e, entretanto, os maiores – que de modo algum atribuem mosquetes aos combatentes de Fornovo ou fotografia de Marie-Louise Napoleão em Santa Helena, mas fazem, sem grande dificuldade, de Rabelais um livre-pensador... ou de Lamarck um darwinista *avant la lettre*: eis em meu modo de ver, quanto mais reflito sobre isso, o ideal supremo, o fim último do historiador (FEBVRE 2009, p. 287).

111

Redigida em 1927, essa passagem não pode ser desprezada na história do seu pensamento. Por meio dela, ele é levado ao esboço da hipótese que será desenvolvida, alguns anos mais tarde, sobre o problema da descrença no século XVI. Ora, será exatamente nesse livro, sobre o qual voltaremos mais à frente, que Febvre escreverá um de seus raros textos sobre história das ciências e das técnicas, cujo programa, todavia, foi forjado ao longo das recensões que acabamos de destacar. No entanto, ela é bastante significativa, visto que redefine de maneira clara e segura um novo ideal que a história deveria alcançar

⁵ Expressão que ele emprega nessa resenha (FEBVRE 2009, p. 288). É preciso, todavia, relembrar que o esforço de integração da história das ciências à história geral não recorreria às vias tradicionais. Febvre buscava, a partir de 1927, integrá-las à história geral pela nova via que então se abria, aquela da história das mentalidades, desviando-se dos caminhos já batidos de uma história social ou econômica - o mesmo desvio que encontramos em Koyré, embora em outra direção. Daí que, conforme mostra Pietro Redondi (1983), o Renascimento tenha se tornado o “laboratório” de experimentação dessa história.

para almejar o estatuto de uma nova ciência, bastante distinto do simples estabelecimento dos fatos em uma ordem cronológica linear e continua através da crítica dos testemunhos. Além do mais, seu estudo sobre *Rabelais*, conforme sublinharam alguns comentadores (RANCIÈRE 2011), marca efetivamente uma redefinição da própria racionalidade histórica e do que deveria ser a história para se constituir como ciência dessa racionalidade. Não devemos, logo, minimizar sua afirmação segundo a qual o *ideal supremo, o fim último do historiador* foi forjado nessas reflexões sobre a história das ciências. Daí exatamente o problema: o que deveria ser o tempo da história para que o historiador pudesse realizar esse ideal e a finalidade maior de sua disciplina?

Encontro com a história das ciências

Boa parte dos textos de Lucien Febvre em defesa de uma história das ciências foi escrita exatamente no momento em que Alexandre Koyré publicava seus primeiros estudos epistemológicos: em 1934, um estudo introdutório à publicação da primeira tradução francesa do Livro I do *De Revolutionibus*, de Copérnico, e um primeiro estudo sobre os textos de juventude de Galileu, em 1935. Entre 1936 e 1939, ele publicaria outros três estudos sobre Galileu: sobre a lei de queda, sobre a experiência de Pisa e sobre a lei de inércia. Esses textos formariam mais tarde, com exceção daquele sobre a experiência de Pisa, seus *Études Galiléennes* (1966).

Seu encontro com a história das ciências esteve indissociavelmente ligado aos seus trabalhos sobre a história do pensamento místico e religioso. Em 1929, Koyré defendeu sua tese (de doutorado de Estado) sobre Jacob Boehme. No quadro desse estudo e de seu ensino da história do pensamento religioso na *École Pratique des Hautes Études* (EPHE), ele se interessou pelo trabalho de místicos e alquimistas alemães do século XVI – não é supérfluo relembrar que Febvre então estudava o pensamento religioso da mesma Alemanha na época de Lutero e que o importante capítulo sobre a história das técnicas e das ciências no século XVI seria redigido (ao longo dos anos 30) para um livro sobre a... *religião de Rabelais*. É aí que podemos situar a importância atribuída por ele a um Paracelso na história do pensamento de Boehme. Nesse mesmo ano, Koyré ministrou um curso sobre a obra de Copérnico. Anos mais tarde, ele afirmaria ser impossível compreender a obra do teósofo teutônico sem referência à nova cosmologia do cônego de Tórun (KOYRÉ 1982). É provavelmente aí que poderíamos situar seu interesse por Copérnico, que não esteve diretamente ligado à história das ciências, mas sim ao estudo do misticismo especulativo.

Se esses estudos podem ser situados em continuidade e no quadro de sua sólida formação em história da filosofia, devemos lembrar que, ainda em 1929, Koyré (1929b) publicava sua tese complementar intitulada *La philosophie et le problème national en Russie au début du XIXe siècle*, uma história intelectual e do movimento de ideias no início do século XIX que tornava possível compreender a emergência da clivagem entre “ocidentalistas” e “eslavófilos” em torno dos quais se colocou o problema de saber o que era fundamentalmente a Rússia como nação e como civilização. Com isso, não se quer, evidentemente,

supervalorizar a importância desse trabalho, mas apenas recordar que Koyré publicou um livro de história intelectual e das ideias na mesma época em que Febvre publicava seu *Lutero*, no qual reservava parte importante à análise das ideias do reformista protestante. Além disso, desde o início da década de 1920, Lucien Febvre e Marc Bloch nutriam o desejo de fundar, paralelamente a uma revista de história econômica, uma “Revista de história das ideias”, o que mostra que esse gênero não apenas não era estranho, como interessava aos fundadores dos *Annales* (GATTINARA 1998, p. 24-25). Também não seria fora de propósito recordar que, na época em que Febvre redigia seu *Lutero*, Koyré escrevia alguns de seus estudos sobre os místicos, espiritualistas e alquimistas do século XVI alemão, alguns dos quais diretamente ligados às reformas luteranas.

Ao contrário do autor dos *Combats*, Koyré não atuava em inúmeras frentes de batalha por meio da publicação de recensões programáticas. Sua crítica se exercia no próprio corpo de seus livros e textos publicados naquele período. E os problemas centrais que se reconhece nessa crítica fundamentalmente não variavam entre seus estudos de história do pensamento místico e de história do pensamento científico. Em 1933, em seu estudo sobre Paracelso, ele criticava duramente os historiadores que transformaram o alquimista, médico e astrólogo suíço em precursor da medicina moderna. Quis-se transformá-lo em “precursor de nosso pensamento atual”, colocando-lhe questões sobre as quais jamais pensou e as quais nunca buscou responder. “A mania da busca de ‘precursores’ falsificou [faussé] muito frequentemente e de maneira irremediável a história da filosofia” (KOYRÉ 1971, p. 77, n. 3). Daí a “precaução” metodológica, no estudo dessa história, não apenas de esquecer o que sabemos sobre um pensamento em questão, mas de adotar categorias de raciocínio que deixaram de ser válidas e que eram, no entanto, parte integrante da construção de doutrinas do passado.

Alguns anos antes, esse era o problema central que o conduzia em sua tese sobre o sapateiro-filósofo teutônico, uma crítica à interpretação que pretendeu transformá-lo em precursor do idealismo alemão. “As preocupações apologéticas, de um lado, e, de outra parte, o desejo de ver em Boehme um ‘precursor’ da filosofia moderna – daquela do historiador –, eis o que, para nós, falsificou [faussé] a maior parte desses trabalhos” (KOYRÉ 1929a, p. XIV). Tratava-se de criticar certa tendência em estudá-lo apenas através das filosofias de Fichte, de Schelling, de Hegel, como precursor do pensamento filosófico pós-kantiano. Era preciso, ao contrário, compreendê-lo tal como foi, viveu e pensou.

Esse mesmo procedimento encontrava-se em ação em seus trabalhos contemporâneos sobre o passado da ciência. A inexistência de materiais que permitiram reconstituir a trajetória de formação do pensamento copernicano não deveria conduzir à renúncia a se querer historicizá-lo. “Mas se devemos renunciar ao desejo de poder escrever a história do pensamento copernicano, devemos ao menos tentar compreendê-lo em sua realidade histórica, evitando modernizá-lo e aproximá-lo de nós. E para isso, a primeira precaução a se tomar é não ver em Nicolau Copérnico um precursor de Galileu e de Kepler e não interpretá-lo através deles” (KOYRÉ 2015, p. 25).

Cronos em questão?

Mas foi em seu estudo sobre o nascimento da ciência moderna que esse programa historiográfico seria levado, de forma radical, às suas últimas consequências. A crítica da modernização das formas de pensamento inatuais e do emprego da noção de precursor pela historiografia filosófica e das ciências conduzia Koyré, a partir de 1935, a uma dura apreciação do estudo monumental de Pierre Duhem. Para o autor dos *Estudos Galilaicos*, o caminho que levou Galileu a matematizar a física se constituía como um acontecimento que transformava radicalmente os fundamentos de nossa ciência e de nossa concepção de mundo no início do século XVII. Tratava-se de uma descontinuidade na trajetória da ciência. A mecânica galileana, desse modo, não prolongava a física do *impetus* produzida no seio da cristandade medieval nem tampouco poderia ser tomada como um ponto de culminância de um saber que se desenvolveu de modo linear e contínuo até o início do século XVII. A existência de precursores de Galileu se tornava, assim, um problema histórica e filosoficamente argumentado.

Ora, essa era exatamente a tese defendida por Duhem havia cerca de duas décadas. Para Duhem, a ciência que aparentemente nasce com Galileu e que será desenvolvida em seguida por Torricelli, Descartes, Beeckman etc., não poderia ser compreendida como uma “criação”. Galileu e seus contemporâneos apenas precisaram e desenvolveram uma mecânica, cujos princípios e proposições fundamentais haviam sido estabelecidos na Idade Média cristã, entre Guilherme de Ockam e meados do século XVI. Daí exatamente o título do terceiro volume dos *Études sur Léonard de Vinci*, que ilustrava com maestria a tese que ele aí apresentava: *Les précurseurs parisiens de Galilée* (DUHEM 1913).

Duhem se tornava, para Koyré, o modelo do historiador que buscou ler toda a biblioteca de história das ciências entre os séculos XIII e XVII, passando pelos arquivos dos trabalhos manuscritos de L. da Vinci, através da obra de Galileu. A análise desse breve percurso da crítica da noção de precursor em Koyré não deixa de ser interessante se pensarmos no estatuto que Febvre atribuía ao trabalho do autor dos *Études sur Léonard de Vinci*. Quando em 1927 Febvre criticava certa perspectiva histórica que isolava de seu tempo as obras que estudava, considerando-as de um ponto de vista demasiadamente abstrato, ele estava pensando exatamente na “bela”, volumosa e às vezes “desconcertante” obra de Pierre Duhem (FEBVRE 2009, p. 284).

Mas é em seu estudo de 1942 que Febvre – já de posse, então, do conceito de mentalidade – desenvolveu de maneira sistemática esse problema. Esse livro é um exercício teórico e metodológico de crítica da noção de precursor e de refutação dessa categoria no âmbito do pensamento histórico. Toda sua argumentação se desdobra contra a tese segundo a qual Rabelais era um “precursor dos ateus e dos libertinos do século XVIII” (FEBVRE 1970, p. 26) e, portanto, contra a afirmação da existência de homens “à frente do seu tempo”. Segundo Febvre, não se tratava de uma monografia sobre um autor, mas de um esforço metódico – que lhe consumiu dez anos de trabalho –, de uma “procura de um método” que lhe permitisse confrontar-se com esse problema. Eis então o nó da questão: o modo como se compreendia o *tempo* havia se tornado

um problema que solicitava aos historiadores daquele período uma reforma radical de seus procedimentos e a procura de um novo modo de abordá-lo, uma nova compreensão da temporalidade histórica. O problema de Febvre não era simplesmente o de refutar a categoria de precursor, mas mais precisamente de constituir uma concepção de temporalidade histórica no interior da qual ela não mais pudesse exercer qualquer papel.

Os historiadores e historiadores das ciências daquele período tinham consciência desse *problema*. Acredito que suas críticas a certas concepções de história estavam diretamente ligadas às concepções de tempo que elas pressupunham. Esse era, aliás, um problema que se colocava às ciências em geral à época. A história, porém, mais do que qualquer outra ciência, não poderia fazer abstração do tempo, pois o tempo, para ela, como queria Marc Bloch, era o próprio “lugar de sua inteligibilidade”.

Certamente, imagina-se com dificuldade que uma ciência, qualquer que ela seja, possa fazer abstração do tempo. Todavia, para muitas dentre elas, que, por convenção, o dividem em fragmentos artificialmente homogêneos, ele não representa mais do que uma medida. Realidade concreta e viva, entregue à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que banham os fenômenos e como que o lugar de sua inteligibilidade (BLOCH 2006, p. 867).

Com essa imagem de plasma e de lugar – Febvre falaria em “atmosfera”, “meio” ou “clima comum” –, tratava-se de traduzir em termos historiográficos a categoria bergsoniana de duração.⁶ Há diferentes questões que poderíamos destacar dessa passagem. No início do século XX, a relação entre a física e o tempo se alterou radicalmente: o tempo não era mais apenas uma unidade de medida do movimento, do deslocamento de um móvel entre dois pontos. E embora Bloch sublinhasse que para algumas ciências ele ainda se reduzisse a isso, é preciso considerar que com Einstein o mundo físico era inscrito no tempo (que deixava, por sua vez, de ser absoluto). Na própria física, o tempo se tornava essencial. Mas, creio eu, o mais interessante nessa passagem é o uso do termo plasma. No século XIX, esse vocábulo havia sido empregado pelo fisiologista Johannes Purkinje para descrever o líquido claro que permanecia após a remoção dos glóbulos e plaquetas do sangue. Em 1928, o químico norte-americano Irving Langmuir considerou que algum fluído elétrico similar àquele de Purkinje arrastava os corpúsculos elétricos. Ele o denominou de plasma (PINHEIRO 2007). Foi nesse sentido que a ciência moderna recuperou essa expressão de origem grega, que deriva do verbo *plássein*: formar, moldar.

Não quero com isso acusar o autor da *Apologia da História* de cientificismo, mas de insistir na escolha desse termo, cujo sentido moderno possuía uma história recente. Assim como o plasma sanguíneo arrasta os corpúsculos brancos e vermelhos; como os elétrons e íons são conduzidos por um fluído elétrico; o

⁶ Traduzi-la em imagens que dessem conta de certa ideia de temporalidade histórica que se tratava de promover. Bloch e Febvre evitaram comentá-la teoricamente ou mesmo apontar as possíveis dificuldades ou incongruências dessa tradução.

tempo, para a história, seria esse plasma em que banham os fenômenos de que trata o historiador. Em primeiro lugar, é o meio em que eles se encontram, mas não no sentido de um recipiente. Depois, como insiste Bloch, é o lugar de sua inteligibilidade, i.e., que molda, que dá forma aos fenômenos que estuda o historiador; é a matéria constitutiva, o fundamento sem o qual não se comprehende o fenômeno histórico, e que, ao mesmo tempo, o arrasta; é um *meio* – e não um *móvel* – arrastante. Vê-se claramente como forma e conteúdo aqui não se opõem ou se separam: o fenômeno a que se dedica o historiador é formado, moldado e arrastado pelo tempo. Daí que se possa entender a dificuldade historiadora em formular uma teoria abstrata sobre o tempo, pois ela poderia implicar essa separação. Daí, então, a preocupação historiadora em criticar, denunciar e mesmo incriminar certas noções que “falsificavam”, “deformavam” a história. O que estou sugerindo com isso é que, por meio desse esforço para fundar uma história das ciências, tratava-se de pensar em uma ideia de tempo histórico que, de saída, colocasse em questão certas noções e conceitos; de constituir uma concepção de tempo implícita em um programa – traduzindo, por exemplo, historiograficamente a noção de duração – que evidenciasse esse (novo) lugar de inteligibilidade da história de que falava Bloch.⁷

Os textos de Febvre desse período mostram-no consciente desse problema – embora ele não se permitisse ingressar no território especulativo próprio à filosofia, há neles um pensamento a esse respeito. Em um primeiro eixo, ele rechaçava abertamente certas noções que implicavam uma concepção de tempo histórico da qual procurava tomar distância. Febvre colocava entre parênteses as noções de “origem”, “filiação” e “genealogia” (FEBVRE 2009, p. 28).⁸ Essas noções desarticulavam a relação entre os fenômenos históricos e uma nova forma de inteligibilidade por meio da qual se tratava de comprehendê-los. Em um segundo eixo, tratava-se de explicitar as implicações para a história das críticas avassaladoras que, desde a virada do século, punham em xeque “a ideia antiga de causalidade” e, logo, o determinismo. Por meio dessas noções não foi apenas uma ideia de tempo que fora forjada para a história ao longo do século XIX, mas o próprio estatuto de científicidade desta disciplina. Elas eram, como afirmava Febvre (FEBVRE 2009, p. 31), a “indestrutível coluna [de sustentação] da velha história clássica”; em suma: seu lugar de inteligibilidade. Portanto, em suas ruínas, era preciso reconstruir uma disciplina e esse lugar. Mas, ao mesmo tempo, era esse abalo, essa fissura, esse desmoronamento do edifício historiográfico clássico que tornava possível pensar esse lugar de outro modo.

Seria repetitivo mostrar como Koyré se inscrevia nesse contexto de crítica dos historiadores. Entretanto, não seria irrelevante insistir no fato de que, no

⁷ E se, em nossos dias, são evidentes os problemas e implicações teóricas e metodológicas em cometer-se anacronismos, no entreguerras, tratava-se de produzir essa evidência.

⁸ Não deixa de ser interessante observar que, no primeiro capítulo de sua *Apologie*, logo após discutir “O tempo histórico”, Bloch atacasse precisamente essas noções: “origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar” (2006 [1942], p. 869). Ele também criticava “a ilusão dos antigos etimologistas que pensavam ter dito tudo quando, aos olhos do sentido atual, estabeleciam o sentido mais antigo conhecido; quando haviam provado, imagino, que ‘escritório’ [bureau] designou, primitivamente, um tecido [étoffe] ou ‘selo’ [timbre] um tambor [tambour]. Como se isso bastasse e não fosse mais preciso explicar esse deslocamento” (BLOCH 2006, p. 871).

interior das discussões filosóficas, o tempo se tornou uma questão incontornável no entreguerras. E os historiadores das ciências tomaram parte nestas discussões. Isso era, sem dúvida, favorecido pela importância que a fenomenologia assumiu na França a partir da década de 1920⁹ e o existencialismo durante a II Guerra. Não avancemos, todavia, nosso marco cronológico. Um exemplo claro sobre isso diz respeito ao “renascimento” de Hegel em solo francês naquele período, no qual Koyré desempenhou um papel de primeira importância. Não deixa de ser interessante observar que, num momento em que se tratava de compreender o que era o tempo, a leitura de Hegel – ao contrário do que ocorreu na França até então – permitisse pensar a lógica do devir. “A filosofia de Hegel bem parece, em suas intuições profundas, ter sido uma filosofia do tempo” (KOYRÉ 1991, p. 124). Com Koyré, a noção de tempo se tornava central na filosofia hegeliana – e isso marcaria o pensamento francês a partir de então, marca cuja obra de A. Kojève é apenas um exemplo. O terceiro número de *Recherches Philosophiques* (periódico criado e editado por Koyré), de 1933, trazia um dossier sobre o tempo. Mas talvez a maior evidência desse interesse e preocupação explícita de Koyré sobre o assunto seja o texto inédito de um curso intitulado “O tempo” (1938). Entretanto, esse interesse não se reduziu a Koyré. Demarcando-se em relação à concepção bergsoniana do tempo, Bachelard publicava, em 1932, *A intuição do instante* e, quatro anos mais tarde, *A dialética da duração* (noção que F. Braudel retomaria mais tarde), estudos filosóficos sobre o tempo assentes no conceito de “instante” e na ideia de que o tempo não apenas é descontínuo como dialético. Oriundos da filosofia, não surpreende o fato de que os historiadores das ciências abordassem o tempo com os recursos filosóficos, ao contrário do que ocorria com os historiadores. Mas, em ambos os casos, o tempo se tornava uma questão fundamental.

Provenientes de trincheiras intelectuais diferentes, partindo de questões distintas entre si, refletindo sobre exigências teóricas fundamentais para a compreensão da historicidade da ciência e da religião, Febvre e Koyré colocavam o mesmo tipo de problema e opunham-se à mesma historiografia e ao modo como ela concebia o tempo de que tratava o historiador quando escrevia a história. Mas o fato de encontrarmos então a mesma problematização em autores que não se frequentavam,¹⁰ oriundos de matrizes intelectuais bastante distintas, mostra apenas que essa era uma questão mais ampla e que dizia respeito ao próprio estatuto do conhecimento histórico no período. A noção de temporalidade histórica se tornou o problema por meio da qual um novo estatuto poderia ser pensado para a história. Empregadas por certos historiadores, certas noções punham em risco a própria inteligibilidade do passado.

⁹ Koyré foi um dos introdutores e promotores da fenomenologia em solo francês.

¹⁰ Em 1931, Abel Rey e Hélène Metzger criaram um grupo de historiadores das ciências que se institucionalizaria no ano seguinte no Instituto de História e Filosofia das Ciências, na Sorbonne, fundado por Rey. Tratava-se da inscrição institucional de um esforço de profissionalização da história das ciências, que encontrava no Comitê Internacional de História das Ciências, criado por Aldo Mieli, e albergado no Centro de Síntese, de Berr, seu contraponto. Ao contrário da perspectiva de Mieli, a história das ciências que pretendia promover Rey buscava não apenas compreender plenamente a natureza da atividade científica, mas também pensá-la como parte da história da civilização e do pensamento humano. Koyré e Febvre pertenciam ao comitê de direção desse Instituto (Cf. REDONDI 1986).

Não se pode deixar de sublinhar um elemento recorrente nesses textos: a denúncia da falsificação da história; e o sentido de sua urgência: era a perda de inteligibilidade de Clio que se encontrava em jogo nessas malsinações. Um tipo de falsificação histórica bastante distinto daquele do século XIX – ou daquele que emergiria posteriormente com o revisionismo. A “falsificação” do passado deixava de ser um problema exclusivamente ligado à autenticidade e à crítica das fontes para se tornar um problema relativo à própria temporalidade com que lida a história. A questão não era mais apenas a de reconhecer a exatidão, a autenticidade e a honestidade dos testemunhos dignos de serem levados em conta pelo historiador no estabelecimento dos fatos – que deveriam ser em seguida encadeados (“coordenados”) e expostos no texto histórico. A dupla crítica, da sinceridade e da exatidão, que até então permitia expiar a deformação dos fatos passados e, desse modo, conhecer a história de forma transparente, via-se deslocada e o modo como o próprio historiador operava sobre a temporalidade tornava-se o risco disciplinar primordial. Era a própria perspectiva do historiador que “falsificava” o passado que se tratava de conhecer, que “deformava” a história que se buscava estudar.¹¹ Toda a preocupação de crítica histórica, em termos gerais, até então, buscava fazer com que o historiador não se deixasse enganar por documentos cuja veracidade e autenticidade ela prometia, ao cabo de suas operações, expurgar. Não era mais sua incúria metodológica no tratamento dos velhos papéis, mas a própria perspectiva do historiador que deformava o passado. Daí que ele não pudesse mais fazer abstração do tempo que sua perspectiva implicava. A contrafação, que até então insidia apenas sobre os materiais da história, deixava de ser documental e arquivística e se tornava um “crime” historiográfico, uma impostura face ao tempo que constituía a própria história. Daí a criminalização do anacronismo, conforme inúmeros historiadores não deixaram de insistir naquele período.¹² Nessa nova concepção, o problema da falsificação não dizia respeito aos fatos passados, mas ao tempo da história – a relação entre fatos (fenômenos) e tempo (plasma) se alterava. Daí um deslocamento importante em relação ao século XIX: a contrafação não se restringia mais exclusivamente ao espaço do arquivo, visto que extrapolava no gabinete do historiador. Outra jurisdição da falsificação então se constituía.¹³ A concepção de temporalidade histórica herdada do século XIX entrava, sem dúvida, em crise.

¹¹ No século XIX, considerava-se que o historiador, sem dúvida, poderia falsificar o passado. De um lado, poderia construir raciocínios falsos a partir de imprecisões, erros e falsas informações introduzidas em documentos pelo testemunho de observadores negligentes ou mal intencionados – ou mesmo por falsários que fabricassem documentos. Daí a injunção crítica. De outro, “ao pôr suas ideias pessoais no estudo de um texto”, como queria Fustel de Coulanges, poderia falsificar o passado por subjetivismo. Daí a exigência de que a história fosse uma ciência pura (Cf. LANGLOIS; SEIGNOBOS 1898, p. 125).

¹² Para o historiador, escrevia Lucien Febvre em 1930, “o anacronismo é um crime” (FEBVRE 1930, p. 129). J. Rancière (2011) mostrou como essa penalização do anacronismo diz respeito a um crime contra certa ideia de tempo que se constituirá com os *Annales*. Segundo ele, em Febvre, o anacronismo deixa de ser uma falta contra a cronologia: não se trata de alegar que uma coisa não existiu em determinada época, mas de que ela não pôde então existir. Submete-se, assim, a racionalidade histórica ao possibilismo, à lógica do possível. Para que Rabelais tivesse sido um incrédulo no século XVI, era preciso que o fenômeno da incredulidade fosse então possível. Não há espaço aqui para resumir o instigante e complexo argumento o filósofo francês. Para ele, todavia, o anacronismo em Febvre revela um problema mais profundo do que aquele sobre uma simples perspectiva sobre o passado. De minha parte, pretendo mostrar a seguir como ele se integrava a uma crítica a um conjunto de noções por meio do qual tratava-se de constituir uma concepção de temporalidade histórica.

¹³ Isso não quer dizer que a crítica do testemunho e das fontes caísse em desuso. Bloch consagrou-lhe um capítulo inteiro de sua *Apologia*.

Não deixa de ser interessante observar que dois importantes livros escritos por autores oriundos de campos intelectuais diferentes, que partiam de problemas aparentemente sem relação direta entre si, o primeiro deles publicado em 1929 e o segundo em 1942, tenham no centro de suas teses uma crítica da noção de precursor. Em primeiro lugar, essa noção indica que o tempo histórico possui um curso, segue uma direção. Mas não um curso aleatório, pois há um sentido previamente definido para ele. Depois, o precursor é exatamente aquele que se adiantou nessa corrida¹⁴ e que anunciou a seus contemporâneos (que, em função de inúmeros fatores, ouviram-no ou não) aquilo que será. É aquele que “desvendou o futuro” (FEBVRE 1971, p. 17). Poderíamos mobilizar a imagem do plasma evocada por Bloch para pensá-lo. Os corpúsculos (fenômenos, indivíduos) não apenas se encontram nessa matéria que os arrasta consigo (para nenhuma direção pré-determinada), como são moldados por ela. Eles são formados nela e com ela. Por isso, nada mais é imutável, nem mesmo o homem (BLOCH 2009, p. 878): em outros tempos, indivíduos e fenômenos tomam formas diferentes. Logo, não se pode abstraí-lo, porquanto o tempo é o seu fundamento ontológico (não posso evitar o emprego dessa expressão filosófica). Assim, como poderia haver um tempo com um sentido previamente definido e como alguém poderia se desvincilar de um momento qualquer para percorrê-lo à jusante e à frente de seus contemporâneos? O argumento aqui é teórico, eu diria mesmo, filosófico. Por isso, o precursor é um homem “cuja justificação é impossível” (FEBVRE 1971, p. 17). Se os homens são formados nessa e por essa matéria, dirá Bloch, eles se assemelham mais a ela do que a seus antepassados. “Em suma: nunca um fenômeno histórico se explica plenamente fora do estudo do seu momento” (BLOCH 2006, p. 873). Por meio dessas críticas, tratava-se de trazer à tona uma concepção de temporalidade histórica, evidenciar o que deveria constituir a própria matéria da história, seu lugar inteligibilidade. Não se tratava mais do tempo como ordem cronológica, sucessão empírica ou necessária (causal ou não causal), linearidade, curso relativamente autônomo em relação aos indivíduos e fenômenos, mas como aquilo que se tratava de traduzir por meio de diferentes imagens. É isso que, a meu ver, permite compreender por que dois autores, oriundos de campos distintos, tenham dedicado naquele período esforços de pesquisa e anos de trabalho para redigir dois livros cujo objetivo principal era incriminar o emprego da noção de precursor. Vê-se a razão pela qual essa noção se tornava problemática – mas também o motivo das críticas à “obcessão das origens”, ao anacronismo, a explicações fundadas em genealogias, à busca de filiações e causas, próximas ou remotas. Que a noção de precursor se torne então um problema, isso nos mostra que é a *cronoicidade* própria a ela que éposta em questão, que a concepção de tempo implícita nessa *crono-noção* se torna um problema diante do qual aqueles que se esforçam em reconstituir o discurso histórico não podem deixar de enfrentar. Nas críticas à noção de precursor é *cronos* que está em questão.

O conjunto de resenhas escritas pelo autor dos *Combats* durante aquele período é marcado pelo esforço para estabelecer, inicialmente, um

¹⁴ Lembre-se de que o sentido básico de “curso” é “corrida” e que cursor “é aquele que corre”.

modelo para o estudo da história das ciências e, em seguida, um programa historiográfico para essa disciplina. Pois não é da verdade e do verdadeiro que se trata em uma denúncia de falsificação? Não podemos esquecer que nas delações de falsificação o que está pressuposto é a reconfiguração dos limites que constituem o lugar em que se situa o “dizer verdadeiro” (FOUCAULT 1996) de uma disciplina, das fronteiras que separam o verdadeiro e o falso; por isso, uma série de crono-noções perde sua historialidade, deixa de ser historiográfica, é empurrada para fora de seus limites, precipita-se no reino da impostura e torna-se ininteligível.

Desde o final do século XIX, as grandes concepções de temporalidade que estruturaram o campo historiográfico durante aquele século tornavam-se objeto de profundas críticas. A concepção determinista do tempo que, de diferentes maneiras, permitia filosoficamente fundar uma concepção científicamente sólida de temporalidade histórica, entrava em crise e ruía diante de novas concepções filosóficas e epistemológicas. É, sem dúvida, nas ruínas dessas concepções que emergiriam, a partir do início do século XX, trabalhos como aqueles de Duhem e A. Lefranc, nos quais a cronoicidade de certas noções tornava-se fundamental e que não apenas traduziam, mas também introduziam no discurso histórico certas concepções bastante particulares de temporalidade histórica. Seriam exatamente esses trabalhos que se transformariam no contraponto e modelo negativo a partir dos quais Febvre e Koyré tratariam de fundar, em outras bases, uma história das ciências. **120** Mas é, sem dúvida, essa crise que constitui o solo epistêmico comum que torna possível compreender a emergência desse conjunto de discursos nesse período (GATTINARA 1998b, p. 55-57). E se a história das ciências e das técnicas teve um papel que não se pode considerar de segundo plano nesse contexto é porque mais do que em qualquer outro gênero historiográfico, ela não apenas permitiu pensar, mas foi até mesmo assimilada à própria racionalidade histórica pelo positivismo no século XIX.

Credulidade ou racionalidade?

Duas passagens nos mostram claramente então esse esforço. Em 1929, Koyré escrevia que

é tal como ele [J. Boehme] foi, tal como viveu e pensou, homem do século XVII e não do XIX (nem do nosso), com suas preocupações religiosas, com os problemas que lhe foram colocados por sua época, seu tempo e seu entorno, que devemos estudá-lo. É somente assim que poderemos esperar compreendê-lo e dar conta de sua doutrina; também talvez veremos que os dilemas que se tem por hábito colocar: ele é panteísta ou teísta? metafísico ou *homo religiosus*? são falsos e inaplicáveis em seu caso. Ele não é nem um e nem outro, mas é um e outro (KOYRÉ 1929a, p. XIV-XV).

Não se deve querer compreender a doutrina de um autor do século XVII projetando sobre ela os dilemas filosóficos de nossa época. Evitava-se, desse modo, enquadrá-lo em dilemas que, contraditórios para nós, provavelmente não o foram para si.

Em 1942, Febvre afirmava:

Experimentando restituir o estado de espírito dos nossos avós frente às coisas da religião: 'Aqui a Razão, ali a Revelação. É preciso escolher'. – Escolher? Mas para o homem real, para o homem vivo: qual o interesse da razão e da revelação, este debate de abstrações? Renan, verificando no *Futuro da Ciência* que se encontra muitas vezes, entre os crentes mais sinceros, homens 'que prestam à ciência relevantes serviços', extraía a seguinte conclusão: que a natureza humana, mais forte no fundo que todos os sistemas religiosos, 'sabe encontrar segredos para se compensar'. E acrescentava – ele que não ignorava o que se pode esconder nos lugares mais recônditos de uma consciência ávida de fé: 'Kepler, Newton, Descartes, e a maior parte dos fundadores do mundo moderno eram crentes' (FEBVRE 1971, p. 18-19).

Vemos nestas passagens por que a história do pensamento e das ideias religiosas foi estudada concomitantemente e quase que indissociavelmente àquela das ideias científicas: os limites que separavam a religião e a ciência, desde o final do século XIX, transformavam-se e elas não podiam mais ser pensadas como esferas que se situariam em polos opostos de uma grade temporal evolutiva fundada em um curso necessário. O modelo positivista, segundo o qual as concepções científicas substituíram as noções religiosas na evolução do espírito humano, ruía desde então e, com ele, a dicotomia que, nas análises históricas, havia oposto ciência e crença. Era aí que a leitura do trabalho de L. Lévy-Bruhl encontrava sua força. Era exatamente o que escrevia Koyré: as partes epistemológica (metafísica) e religiosa não podem ser pensadas separadamente em Boehme. Era precisamente o que defendia Febvre: os homens que fundaram a visão científica do mundo moderno eram crentes. Reconfiguravam-se os limites que rigidamente opunham ciência e religião, credulidade e racionalidade, em uma ordem temporal linear e sucessiva. Era exatamente essa ordenação do tempo, na qual se inscrevia credulidade e saber científico em estágios fechados e subtraídos entre si, em que a época da razão e aquela da revelação se afastavam no tempo por uma ordem de sucessão, que se encontrava em xeque. A dissolução de certa concepção de história da razão exigia repensar a relação entre crença e ciência. Daí que Koyré insistisse no estudo de uma história do pensamento que não opusesse ideias científicas e religiosas em esferas estanques ou que Febvre sublinhasse a coexistência de credulidade e ciência em pleno século XVII. Por isso, a reflexão sobre a racionalidade e mesmo sobre os fundamentos da modernidade, naquele momento, fez-se em uma zona em que o pensamento científico e religioso frequentemente se encontraram – era preciso, aliás, redefinir o que era a própria modernidade. No quadro dessa nova articulação entre credulidade e racionalidade era, todavia, preciso historicizar a razão – e não mais pensá-la como algo que se desdobra no tempo em um curso lógico – e repensar o tipo de temporalidade histórica que poderia doravante albergá-la,¹⁵ pois o tempo dessa história não

121

¹⁵ Não seria nessa episteme que poderíamos situar, embora em um contexto intelectual bastante diverso, o tipo de problema com que M. Weber havia se confrontado? Ao mesmo tempo, não deixa de ser interessante observar que Febvre e Koyré coloassem o problema do estudo do passado da ciência no contexto em que realizavam pesquisas sobre a história religiosa alemã. Era preciso redefinir o que constituía a própria

poderia ser pensado como aquele de uma sucessão irreversível por meio do qual no século XIX ela havia sido escrita. Essa nova história das ciências quis, de certa forma, ser o lugar dessa historicização. A sucessão diacrônica positivista era substituída pela simultaneidade sincrônica que permitia pensar, de uma nova maneira, uma nova temporalidade para a relação entre ciência e religião. Que ambos, historiadores da religião ou do pensamento religioso, tenham sido conduzidos a se confrontar, defender, promover e buscar fundar uma história das ciências, isso não deve surpreender.¹⁶

Daí a importância em se acompanhar a insistência dos enunciados – e suas implicações – segundo os quais as ideias científicas deveriam ser situadas *no tempo* para serem estudadas e compreendidas de um ponto de vista histórico, pois é a própria redefinição do que constituía o tempo da história que estava em curso nesses discursos. Era preciso repensar o curso do tempo ou mesmo se ele doravante poderia ser repensado como um *curso*. E é porque Febvre e Koyré, quando insistem na necessidade de estudar essas ideias em seu tempo não necessariamente entendem da mesma forma o que constitui a historialidade desse tempo no qual é preciso situar essas ideias, que assistimos ao nascimento, no entre guerras, de duas maneiras distintas de compreender e praticar a história das ciências. Esse já seria, contudo, um tema para um próximo ensaio.

Referências bibliográficas

- 122
- BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- _____. Resenha de *La science française depuis le XVII siècle*. **Recherches Philosophiques**, 4, 1934-1935, p. 521.
- BLOCH, M. Apologie pour l'histoire ou métier d'historien. In: _____. **L'histoire, La Guerre, La Résistance**. Ed. crítica estabelecida por A. Becker e E. Bloch. Paris: Gallimard, 2006, p. 843-985.
- BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: A revolução francesa da historiografia. São Paulo: EdUNESP, 1991.
- DUHEM, P. **Études sur Léonard de Vinci**: Les précurseurs parisiens de Galilée. Paris: Hermann, T. III, 1913.
- FEBVRE, L. A propos d'un précis d'histoire des sciences: sciences et techniques. In: _____. **Vivre l'histoire**. Paris: Lafont; A. Colin, 2009, p. 861-862.
- _____. Civilisation. Évolution d'un mot et d'un groupe d'idées. **Civilisation – le mot et l'idée. Semaine International de Synthèse**. Paris: La Renaissance du livre, 1930.
- _____. **La Terre et l'évolution humaine**. Paris: Albin Michel, 1970.
- _____. **O problema da descrença no século XVI. A religião de Rabelais**. Lisboa: Início, 1970.
- _____. Une science à travers sa bibliographie: Emmanuel de Margerie et la science du Jura. In: _____. **Vivre l'histoire**. p. 270-273.

racionalidade no mundo ocidental. Sem dúvida, o aprofundamento dessa questão nos conduziria ao problema da laicização e do desencantamento do mundo.

¹⁶ Na EPHE, Febvre e Koyré estavam ligados a sua V^a Seção, precisamente aquela de Ciências Religiosas.

- _____. Réflexions sur l'histoire des techniques. In: _____. **Vivre l'histoire**. Paris: Lafont; A. Colin, 2009, p. 846-850.
- _____. Techniques, sciences et marxisme. In: _____. **Vivre l'histoire**. Paris: Lafont; A. Colin, 2009, p. 850-861.
- _____. Un chapitre d'histoire de l'esprit humain. De Linné à Lamarck et à Georges Cuvier. In: _____. **Vivre l'histoire**. Paris: Lafont; A. Colin, 2009, p. 273-289.
- _____. **Vivre l'histoire**. Edição estabelecida por Brigitte Mazon. Paris: Lafont; A. Colin, 2009.
- _____. Vivre l'histoire. Propos d'initiation. In: _____. **Vivre l'histoire**. Paris: Lafont; A. Colin, 2009, p. 21-35.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- GATTINARA, Enrico C. Épistémologie, histoire et histoire des sciences dans les années 1930. L'Étrange théâtre. **Revue de synthèse**, v. 119, n. 1, 1998a, p. 9-35.
- _____. **Les inquiétudes de la raison**. Paris: Vrin; EHESS, 1998b.
- KOYRÉ, A. **Études Galiléennes**. Paris: Hermann, 1966.
- _____. Hegel em Iena. In: _____. **Estudos de História do Pensamento Filosófico**. Rio de Janeiro: Forense, 1991, p. 115-149.
- _____. Copérnico. In: CONDÉ, M.; SALOMON, M. **Alexandre Koyré**: história e filosofia das ciências. Belo Horizonte: FT, 2015, p. 23-41.
- _____. **La philosophie de Jacob Boehme**. Paris: Vrin, 1929a.
- _____. **La philosophie et le problème national en Russie au début du XIXe siècle**. Paris: Honoré Champion, 1929b.
- _____. **Le temps**. Centre A. Koyré, Fundo A. Koyré, Cours dactylographie sur le temps d'A. Koyré, 26 mars 1938, 8 p. CAK Koyré AP c. 18 d. 6.
- _____. Orientação e Projetos de Pesquisa. In: _____. **Estudos de História do Pensamento Científico**. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 10-14.
- _____. Paracelso. In: _____. **Mystiques, spirituels, alchimistes du XVIe siècle allemand**. 2. ed. Paris: Gallimard, 1971, p. 73-129.
- LANGLOIS, C. ; SEIGNOBOS, C. **Introduction aux études historiques**. Paris: Hachette, 1898.
- PINHEIRO, Mário J. Plasma: the genesis of the Word. 2007. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/physics/0703260.pdf>.
- RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, M. (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011.
- REDONDI, Pietro. Note et documents. In: KOYRÉ, A. **De la mystique à la science. Cours, conférences et documents – 1922-1962**. Ed. Pietro Redondi. Paris: EHESS, 1986, p. 3-17.
- _____. Science moderne et histoire des mentalités. La rencontre de L. Febvre, R. Lenoble et A. Koyré. **Revue de Synthèse**, v. 104, n. 3, 1983, p. 309-332.